Volume 23 Issue 10
Originally issued as G2

Global Journal of human-social science: G
Linguistics & Education
Volume 23 Issue 2 Version 1.0 Year 2023
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

The Australian National Curriculum: The 2012 Reformation

By Danielle de Sousa Santos & Dirce Djanira Pacheco e Zan

State University of Campinas

Abstract- The study presented here is part of the results of postdoctoral research that aimed to investigate the approved curriculum reform in 2012 and implemented in Australia since then. In addition to seeking to know the organization and functioning of the Australian education system, this article intends, specifically, to explain the process of building the country's national curriculum and identify the dynamics and foundations of the current reform. The methodology used for this research was based on a qualitative, descriptive and analytical approach, based on bibliographic and documentary analysis. From this analysis, it can be concluded, among other things, that the Australian curriculum reform is the result of a long process of debates and ideological political disputes that lasted two decades. In spite of the arguments regarding social equity and justice, the principles and foundations that support this reform are strongly marked by neoliberal ideas. Regarding the consequences of this process, in this text, the obstacles to the implementation of the current national curriculum stand out.

Keywords: *australian curriculum reform, australian education system, neoliberalism.*

GJHSS-G Classification: *DDC Code: 320.54 LCC Code: JC311*



Strictly as per the compliance and regulations of:

© 2023. Danielle de Sousa Santos & Dirce Djanira Pacheco e Zan. This research/review article is distributed under the terms of the Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0). You must give appropriate credit to authors and reference this article if parts of the article are reproduced in any manner. Applicable licensing terms are at https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/.

The Australian National Curriculum: The 2012 Reformation

O Currículo Nacional Australiano: A Reforma de 2012

Danielle de Sousa Santos [α] & Dirce Djanira Pacheco e Zan [σ]

Abstract- The study presented here is part of the results of postdoctoral research that aimed to investigate the approved curriculum reform in 2012 and implemented in Australia since then. In addition to seeking to know the organization and functioning of the Australian education system, this article intends, specifically, to explain the process of building the country's national curriculum and identify the dynamics and foundations of the current reform. The methodology used for this research was based on a qualitative, descriptive and analytical approach, based on bibliographic and documentary analysis. From this analysis, it can be concluded, among other things, that the Australian curriculum reform is the result of a long process of debates and ideological political disputes that lasted two decades. In spite of the arguments regarding social equity and justice, the principles and foundations that support this reform are strongly marked by neoliberal ideas. Regarding the consequences of this process, in this text, the obstacles to the implementation of the current national curriculum stand out.

Keywords: australian curriculum reform, australian education system, neoliberalism.

Resumo- O estudo aqui apresentado é parte dos resultados de uma pesquisa de pós-doutorado que teve como objetivo investigar a reforma curricular aprovada em 2012 e implementada na Austrália desde então. Além de buscar conhecer a organização e o funcionamento do sistema de ensino australiano, este artigo pretende, mais especificamente, explicitar o processo de construção do currículo nacional do país e identificar as dinâmicas e os fundamentos da atual reforma. A metodologia utilizada para esta investigação se pautou em uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, tendo como base a análise bibliográfica e documental. A partir desta análise, pode-se concluir, entre outras coisas, que a reforma curricular australiana é resultado de um longo processo de debates e disputas políticas ideológicas que durou duas décadas. Em que pesem os argumentos referentes à equidade e justiça social, os princípios e os fundamentos que dão sustentação a esta reforma são fortemente marcados pelo ideário neoliberal. No que tange aos desdobramentos desse processo, destacam-se, neste texto, os obstáculos para implementação do atual currículo nacional.

Author α: Postdoctoral Fellow at the State University of Campinas. Ph.D in Education from the State University of Campinas (2018). Master in Education: History, Politics, Society from the Pontifical Catholic University of São Paulo (2010). e-mail: daniellesantos@ifsp.edu.br

Author σ: Graduated in Pedagogy (1991), Master's (1996) and Doctorate (2005) in Education from the State University of Campinas. He is currently a Professor at the Department of Teaching and Cultural Practices (DEPRAC) at the Faculty of Education / Unicamp.

Palavras-chave: reforma curricular australiana, sistema de ensino australiano, neoliberalismo.

I. Introdução

Sabemos que as políticas neoliberais se desenvolvem de maneiras diferentes em contextos diversos. No caso australiano, a alternância entre os governos trabalhistas e liberais, em geral, representou menor ou maior aprofundamento nos ajustes neoliberais. Conforme Reid (2019), foi o governo trabalhista de Hawke (1983-1991) que lançou as bases para a versão atualmente implementada na Austrália – mais severa, embora inicialmente com algumas distinções do neoliberalismo implementado nos EUA e na Inglaterra, e fortemente marcado pelas políticas de bem-estar social.

No período que antecedeu as eleições federais australianas em 2007, o debate em torno de um currículo nacional sinalizava para a relevância da temática tanto para a coalizão do Partido Liberal, no governo, como para seu principal opositor, ou seja, o Partido Trabalhista.

Os argumentos e as justificativas do governo do Partido Liberal para a criação de uma política nacional curricular, se pautavam basicamente nas críticas aos professores, aos estados e aos seus supostos ideólogos, ou defesa de uma escola neutra, o que pode ser comparado ao Brasil quando os professores são acusados de comunistas. Conforme Rose (2015), os ministros do governo do Partido Liberal defendiam a unidade do currículo para corrigir as diferenças entre os estados e resolver o problema da "má qualidade dos professores", ou, como disse a ministra Bishop, "tirar o currículo escolar das mãos de ideólogos nas burocracias de educação do Estado e do Território" (BISHOP, 2006, p. 3 *apud* ROSE, 2015, p. 115, tradução nossa). De certo modo, este discurso estava em consonância com um movimento internacional na busca pela padronização curricular dos diferentes sistemas educacionais, a partir da orientação de organismos internacionais (APPLE, 2002).

No caso do Partido Trabalhista, os argumentos e as justificativas estavam centradas no fortalecimento do desenvolvimento econômico, considerando a competitividade imposta pela globalização; no

© 2023 Global Journals

atendimento à "migração interna", isto é, ao deslocamento interestadual; e nosresultados, ou melhor, nas variações de resultados entre os estados – por exemplo, as taxas de retenção e desempenho escolar. Observamos, pois, que mesmo ressaltando os argumentos voltados para questões relativas à cidadania é possível afirmar que foram os interesses econômicos as motivações predominantes para a posição assumida pelo Partido.

Em comum entre os dois partidos - Liberal e Trabalhista - estavam as preocupações com o papel da educação no mundo e na economia globalizados e com a defesa da criação de um órgão que elaborasse o currículo nacional. As perspectivas conflitantes podem ser observadas nos documentos elaborados pelos diferentes governos, verificáveis nos objetivos, nos conhecimentos selecionados etc. Importante destacar que a ideia de um currículo nacional encontrou muitas resistências durante esse período por diferentes razões, dentre as quais a falta de clareza sobre os propósitos e os benefícios desse currículo, o que, de certo modo, se observa no longo processo que resultou no atual documento. Para Savage (2016) é possível identificarmos três fases nesse processo que antecedeu ao atual currículo australiano: 1) o desenvolvimento de objetivos nacionais no final dos anos de 1980; 2) as tentativas fracassadas de um currículo nacional nos anos 1990; e 3) as tentativas rejuvenescidas de consistência nacional nos anos 2000. Conclui-se que os vinte anos que antecederam à introdução do currículo nacional foram marcados por intensos debates.

Diante desse quadro, interessa-nos neste artigo explicitar mais especificamente o processo de construção do atual currículo nacional australiano instituído a partir da reforma de2012, identificando suas dinâmicas e seus fundamentos. Por fim, cabe destacar que a Austrália é um país em que as reformas de cunho neoliberal não só se tornaram pioneiras, como também vêm servindo de "exemplo" para muitos países, inclusive o Brasil.

II. Processo de Construção do Atual Currículo Nacional Australiano: Motivações Efundamentos

Não obstante, os primeiros passos em direção ao currículo nacional, ainda no governo Trabalhista Rudd/Gillard (2007-2013), foram dados com a criação em dezembro de 2007 do Conselho Nacional de Currículo, composto por representantes de cada um dos estados e territórios e três representantes dos setores das Escolas Católica e Independente. O Conselho tinha como tarefa desenvolver o primeiro currículo nacional da Austrália para as áreas de Inglês, Matemática, Ciências e História.

No "Acordo Nacional de Educação", assinado em janeiro de 2009, o governo federal, os estados e os territórios acordaram a implementação do currículo nacional. Nesse documento, estabeleceu-se que os três seriam incumbidos de desenvolver e manter o currículo juntamentecom o órgão responsável – naquele momento, o Conselho Nacional de Currículo –, cabendo aos estados e aos territórios a tarefa de sua implementação.

Em maio de 2009 o Conselho foi transformado na Autoridade Australiana de Currículo, Avaliação e Relatórios (ACARA), uma autoridade estatutária independente, criada por lei e composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um representante do governo federal, um representante de cada estado e o Ministro da Educação dos territórios, um representante da Comissão Católica Nacional de Educação e um representante do Conselho das Escolas Independentes da Austrália. Conforme a lei de criação, a ACARA "deve desempenhar suas funções e exercer seus poderes de acordo com as instruções dadas pelo Conselho Ministerial". Entre as tarefas atribuídas a essa organização destaca-se a criação de um currículo nacional, do Programa Nacional de Avaliação de Alfabetização e Matemática (NAPLAN) e do Programa Nacional de Coleta e Geração de Dados, do *site My School* e do Instituto Australiano de Ensino e Liderança Escolar (AITSL), que desenvolveu os Padrões Profissionais Australianos para Professores.

A criação da ACARA foi um marco na política educacional australiana. Essa organização tem ainda hoje um papel fundamental no desenvolvimento do currículo australiano. Nesse processo, coube à ACARA desenvolver um Currículo Australiano dos anos iniciais[1] até o 12.º ano. Com sua atuação, pode-se verificar, por exemplo, um estreitamento das relações colaborativas entre os estados, os territórios e o governo federal. Esta perspectiva também foi observada por Savage (2016), ao afirmar que esta nova estrutura de governança "está gerando novas redes de políticas horizontais e intergovernamentais, que estão possibilitando a negociação e a transferência de ideias e práticas de políticas em todo o país de maneiras impossíveis nas décadas anteriores" (p. 843, tradução nossa). Por outro lado, o autor identificou a existência de sobreposições de políticas nos níveis estadual, federal e nacional, o

[1] A Educação infantil ou "O Kindergarten foi definido como o primeiro ano na escola, um termo que estava sendousado naquela época em New South Wales e no Território da Capital Australiana, e incluía os termos alternativos,usados em outros estados e territórios como 'Ano de Recepção' na Austrália do Sul, 'Pré-Primário' na Austrália Ocidental, 'Transição' no Território do Norte e 'Ano Preparatório' em Queensland, Victoria e Tasmânia. (Em outubro de 2010, a ACARA havia parado de usar o termo 'Jardim de Infância' e o substituiu por 'Fundação', queera um termo 'neutro' que não era usado em nenhum estado ou território)" (ROSE, 2015, p. 132).

© 2023 Global Journals

que, em sua avaliação, tem gerado confusão sobre os poderes e as responsabilidades dos governos relativas à política educacional. Para Savage (2016), todavia, a maior tensão refere- se às relações desiguais de poderes entre os estados e territórios, nas quais se evidencia um domínio da influência dos estados maiores, no caso Victoria e New South Wales[2], em relaçãoaos estados menores.

A *Declaração de Objetivos Educacionais de Melbourne para Jovens Australianos*, assinada em dezembro de 2008, é um desdobramento da *Declaração de Adelaide*[3] e ratifica o compromisso de cooperação entre o Ministério Federal da Educação e os Ministros da Educação, representando os seis estados e os dois territórios. Um plano de ação com previsão de quatro anos foi incluído em um documento complementar. A *Declaração de Melbourne* foi o documento orientador do processo de desenvolvimento do currículo, pois estabeleceu os objetivos e as metas educacionais para todos os jovens australianos: "Objetivos: 1) promover equidade e excelência; 2) tornar todos os jovens australianos aprendizes bem-sucedidos; indivíduos confiantes e criativos; e cidadãos ativos e informados" (AUSTRÁLIA, 2008, p. 7, tradução nossa).

Rose (2015) observa que nesse documento a equidade substitui a ideia de justiça socialque aparecia anteriormente na *Declaração de Adelaide.* A despeito da ambivalência do conceito de equidade, das contradições em torno deste debate, concordamos com a ideia de que o conceito de equidade é duplamente político, pois exige a definição de um projeto que busque a igualdade, ao mesmo tempo que reivindica uma posição sobre qual ideia de igualdade deve orientar esse projeto (LOPÉZ, 2005). No entanto, a cooptação do ideal de equidade pela racionalidade econômica e pelos interesses do mercado produziu uma lógica reducionista que intensificou a mercantilização no espaço educacional australiano, pois passou a privilegiar o diagnóstico do sistema de ensino a partir dos resultados nas avaliações de larga escala e a condicionar a distribuição dos recursos econômicos aos resultados do desempenho dos estudantes e da escola nesses testes. Conforme afirma Savage, Sellar e Gorur, (2013), a equidade educacional e a competitividade econômica são apresentadas de forma harmoniosa e complementar nos discursos das políticas educacionais.

Voltando ao processo de construção do currículo nacional na Austrália, a *Declaração de Melbourne* enfatiza a importância do conhecimento, das habilidades e da compreensão das disciplinas, das competências gerais e das prioridades transversais como base de um currículo desenhado para garantir o aprendizado no século XXI (ACARA, 2012a). É interessante notar que, citando a *Declaração de Melbourne,* o documento afirma reconhecer as mudanças globaisque impõem novas demandas para a educação na Austrália, tais como: a) a integração global e a mobilidade internacional; b) o crescimento das nações asiáticas e, por conseguinte, o necessário conhecimento sobre a Ásia; c) a globalização e as mudanças tecnológicas; d) as pressões ambientais, sociais e econômicas; e) os avanços rápidos e contínuos nas tecnologias de informação e comunicação (ACARA, 2012a, p. 06).

Em nossa análise, as demandas aqui citadas explicitam a influência do processo de globalização e a preocupação australiana com a capacidade de competir na economia global. De maneira similar, Reid (2009) assinalou que, apesar de ter colocado a equidade em primeiro plano, um importante avanço em sua opinião, o imperativo econômico foi o maior impulsionador da reforma australiana.

> Embora a Declaração de Melbourne sobre Metas Educacionais para Jovens Australianos ... contenha uma visão muito mais ampla dos propósitos da educação, a retórica pública do governo Rudd e muitas de suas estratégias limitam a visão da revolução educacional a ver os estudantes como capital humano (potencial) para se alistar na causa darecuperação econômica e crescimento. Tal postura marginaliza os aspectos culturais, sociais, políticos e relacionais da educação. Entende os estudantes como potenciais trabalhadores e consumidores, e não como cidadãos locais e globais (p. 9, tradução nossa).

O processo de criação do currículo australiano certamente tem relação com as influências dos organismos internacionais e, por conseguinte, com as demandas da organizaçãoda sociedade capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento. A despeito dessas influências, para a maioria dos participantes do estudo de Kunhi (2019)[4], o alinhamento do currículo australiano com as orientações e recomendações da OCDE – no caso, o "currículo para o século 21" –[5],

[2] A Austrália tem seis estados: New South Wales (NSW), Queensland (QLD), Northern Territory (NT), Western Australia (WA), South Australia (SA), Victoria (VIC); e dois territórios continentais: Australian Capital Territory(ACT) e Tasmania (TAS). Na maioria dos aspectos, esses dois territórios funcionam como estados, exceto que o Parlamento tem sobre eles o poder de modificar ou revogar qualquer legislação aprovada pelos parlamentos territoriais. (SANTOS e ZAN, 2022)

[3] A *Declaração de Adelaide sobre os Objetivos Nacionais para a Escolaridade no século 21*, elaborada em abrilde 1999 pelo Conselho Ministerial de Educação, Emprego, Treinamento e Assuntos da Juventude – MCEETYA (sigla em inglês), é descrita por diferentes estudos como um dos marcos iniciais do atual currículo australiano.

[4] Estudo sobre a produção e implementação da política curricular na Austrália, mais especificamente do denominado "Currículo para o século 21"; entre outros achados, a autora destaca alguns elementos que motivaram/mobilizaram a reforma do currículo na Austrália.

[5] Conforme Halasz & Michel (2011), um 'currículo para o Século 21' reflete um forte discurso global, mobilizado pela OCDE a partir de 2003, segundo o qual o "currículo para o século 21" refere-se às competências necessáriasna formação dos jovens do Século 21.

© 2023 Global Journals

poderia melhorar a posição da Austrália nos *rankings* dos testes internacionais. Conforme a autora, acreditava-se também que uma boa posição na tabela classificatória do PISA poderia validar não apenas o sistema educacional, mas também a economia do país em escala global. É importante destacar que, mesmo permanecendo acima da pontuação média da OCDE, o desempenho dos estudantes australianos nas avaliações do PISA estava baixando desde o primeiro teste realizado em 2000. A pontuação dos estudantes australianos em Leitura caiu de 528 pontos, em 2000, para 503, em 2015; em Matemática a pontuação caiu de 524 pontos, em 2003, para 494 pontos, em 2015. (AUSTRÁLIA, 2017-2018).

Como identificado nas pesquisas analisadas, o exame dos documentos oficiais evidencia a presença de discursos pautados nos ideais de concorrência, eficiência, qualidade e padronização, que são marcas do discurso neoliberal. Destaca-se também, no caso australiano, a identificação do currículo como elemento importante para competitividade econômica, seguindo a lógica do "capital humano" e da mercantilização do conhecimento. Nesta perspectiva, o conhecimento, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, é entendido como essencial para o desenvolvimento econômico. As citações seguintes referem-se respectivamente à *Declaração de Melbourne* e ao *Donnelly-Wiltshire Review – Revisão Donnelly-Wiltshire*, que veremos adiante.

> No século 21, a capacidade da Austrália de fornecer uma alta qualidadede vida para todos dependerá da capacidade de competir na economia global por conhecimento e inovação. A educação equipa os jovens com o conhecimento, a compreensão, as habilidades e os valores para aproveitar as oportunidades e enfrentar os desafios desta época com confiança. (AUSTRÁLIA, 2008, p. 4, tradução nossa)

> Dentro do currículo australiano, o objetivo da educação é tornar a economia australiana mais eficiente e produtiva, ensinando habilidades e competências relacionadas ao trabalho (AUSTRÁLIA, 2014, p. 28, tradução nossa).

O professor Reid (2009) fez uma contundente crítica ao processo de desenvolvimento do currículo nacional australiano, salientando contrassensos relativos à proposta de construção desse documento, entre eles: a desconexão entre os objetivos e as metas declarados; a repetição do "currículo do passado"; a falta de quadro conceitual coerente; a falta de compreensão das questões de equidade e currículo, dentre outras. Nas palavras do autor:

> Na minha opinião, a agenda da educação nacional é muito díspar, com suas partes componentes desconectadas ou pelo menos inconsistentes,uma com a outra. No entanto, há muito que vale a pena sobre a agendae não é tarde demais para construir sobre o que foi alcançado através do desenvolvimento de uma narrativa geral para a "revolução", que se baseia na melhor evidência e prática de pesquisa, intimamente envolvea profissão em seu desenvolvimento e evita estratégias antiquadas. Uma genuína revolução educativa buscará no futuro não as certezas do passado. (REID, 2009, p. 23, tradução nossa)

Scarini (2018), por sua vez, reconhece que em todo processo de construção curricular é necessário um grande esforço político para alcançar um mínimo de consenso. Contudo, em sua opinião, é preciso questionar se no caso australiano o processo político não teria ofuscadoo debate sobre as bases conceituais que deveriam sustentar o currículo e as consequências da ausência dessas discussões para efetivação do currículo nas escolas. A autora afirma desconhecer, por exemplo, a existência de um processo de discussão sobre o conceito de aprendizagem; sobre o perfil dos estudantes, suas histórias de vidas e conhecimentos prévios; sobre as noções de saber e conhecimento, isto é, sobre a natureza do conhecimento; sobre a visão do currículo como um todo e sobre o processo de desenvolvimento, consulta e consenso em torno do currículo. Desse modo, uma forte base conceitual é indispensável para toda reforma curricular que se pretenda duradoura e consistente, uma vez que, "abre espaço para o trabalho intelectual de compreensão, discussão, contestação e conceptualização sobre questõesfundamentais para educação" (SCARINI, 2018, p. 27, tradução nossa).

Observamos, também, que no processo de construção do currículo australiano, outras experiências internacionais foram tomadas como modelos. Durante a consulta sobre o esboço do Currículo Australiano, a ACARA realizou um processo de mapeamento a partir de comparações internacionais, que envolveu uma análise de semelhanças e diferenças entre o Currículo Australiano e os currículos internacionais em Inglês, Matemática e Ciências. Os países selecionados para comparação foram Canadá (Ontário) e Nova Zelândia para a área de Inglês; Singapura e Finlândia para Matemática; e Canadá (Ontário) e Finlândia para Ciência. Os critérios e os resultados desse mapeamento foram organizados no documento chamado *Projeto de Mapeamento Curricular – Comparando os currículos internacionais com o currículo australiano*[6]. O desejo de um currículo de "nível mundial" fica expresso no documento *The Shape of the Australian Curriculum: Version 4.0 – O formato do Currículo Australiano Versão 4.0* – na seção "Para um currículo australiano de nível mundial", onde se pode confirmar que o currículo australiano "foi comparado com os currículos dos *principais países* durante o processo de desenvolvimento" (ACARA, 2012a, p. 28, grifos nossos).

6

© 2023 Global Journals

O desenvolvimento de construção do currículo na Austrália foi organizado em quatro etapas, a saber: 1) definição do formato do currículo; modelagem; 2) redação do currículo; 3) preparação para implementação; 4) monitoramento, avaliação e revisão do currículo. Inicialmente o processo previa o desenvolvimento do currículo para áreas ou disciplinas de Inglês, Matemática, Ciência e História. Segundo Reid (2018), não existiu uma justificativa para a escolha inicial dessas áreas ou disciplinas, nem tampouco indicação de quando os outros conteúdos curriculares seriam incluídos, o que gerou uma tensão entre os profissionais representantes dos outros conteúdos curriculares, que passaram a reivindicar espaço no novo currículo nacional. Desse modo, uma segunda fase foi autorizada e envolveu o desenvolvimento do currículo de Geografia, Línguas e Artes; em um terceiro momento foram incluídos: Saúde e Educação Física, Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC –, *Design* e Tecnologia, Economia, Negócios e Civismo e Cidadania.

Segundo a ACARA (2012b, p. 06), "o processo de desenvolvimento do Currículo Australiano foi pensado com o objetivo de gerar amplo engajamento, debate e participação nas decisões sobre sua forma e seu conteúdo". Diferentes grupos e representações estavam envolvidos no trabalho: Conselho Permanente da Primeira Infância e da Educação Escolar (SCSEEC); Comitê de Altos Funcionários para Assuntos da Juventude; Desenvolvimento da Primeira Infância e Educação Australiana (AEEYSOC); Conselho da ACARA; Grupo Curricular da ACARA; Grupo de Referência dos Currículos anos iniciais até o 12.° ano; Redator-chefe; Redatores de currículo; Grupos de consulta por disciplina; Grupos de consulta entre as áreas de conhecimento e outros grupos de consulta e grupos de trabalho. Com relação aos espaços de consulta e participação, constam: Painéis nacionais; Fóruns nacionais; Fórum dos diretores curriculares; Escolas de participação intensiva. O papel e a responsabilidade de cada grupo ou representação, bem como as características dos espaços de participação e consulta, estão disponíveis no documento *Processo de desenvolvimento do Currículo Versão 6*, traduzido para português.

Inicialmente foram lançados seis painéis consultivos de currículo, a saber: Inglês, Matemática, Ciências, História, equidade e diversidade e estágios de escolaridade. A inclusão das temáticas da equidade e da diversidade resultou de demandas do extinto Conselho Nacional de Currículo, com base no princípio de que todas as crianças importam. Chama-nos a atenção o debate em torno do lugar da História no currículo. Para Macintyre (2009, [s.p.]), enquanto alguns defendiam esta disciplina como de aprendizagem fundamental, outros atribuíam a ela um "status marginal" ao conteúdo, que "é oferecido em algumas escolas, mas não em outras", sob o argumento de que seria preferível incluir os conhecimentos de História no Estudo da Sociedade e do Meio Ambiente. Segundo o autor, verificou-se uma diminuição nas matrículas nas disciplinas nos anos 11 e 12, exceto no estado de New South Wales, em que esta é uma disciplina obrigatória. Ainda sobre esse debate, Rose afirma que

> o ensino da História e o lugar da História nos currículos escolares foram ainda mais erodidos pela interferência dos políticos. Enquanto os políticos raramente expressam uma opinião sobre o que deveria ser ensinado em Matemática ou Ciência, e ocasionalmente o faziam com o inglês (particularmente no que diz respeito ao ensino de fonética), a História, por outro lado, parecia ser um jogo justo (ROSE, 2015 ou 2015, p. 136, tradução nossa).

Após o processo de consultoria, o primeiro esboço do currículo para as áreas de Inglês, Matemática, Ciências e História para os anos iniciais até o 10° ano foi disponibilizado *on-line* para um período de consulta pública que ocorreu durante 10 semanas, de março até o final de maio de 2010. Segundo a ACARA (2014), foram encaminhadas 821 respostas *on-line* para o documento de Inglês, 793 para Matemática, 555 para Ciência e 582 para História. Nesta etapa das críticas que foram feitas, ressalta-se o curto prazo para consulta. Para citar um exemplo, Reid (2009) avalia que os cronogramas para consulta e implementação não permitiram um amplo debate, especialmente entre os professores.

> Dada a variedade de questões não resolvidas "[...], a rapidez e a limitada extensão dos processos de consulta e implementação são preocupantes. A consulta para os enquadramentos de documentos produziu um pequeno número de respostas. Por exemplo, havia 82 apresentações escritas para o History Framing Paper e apenas 220 respostas da pesquisa" (NCB, 2009c, p. 17). Embora algumas destas respostas sejam de Associações que representam muitos professores, esta ainda é uma taxa de resposta muito baixa dos 250.000 professores do país e lança algumas dúvidas sobre o nível de envolvimento da profissão com o processo (REID, 2009, p. 18, tradução nossa).

Por fim, cada esboço de área ou disciplina foi revisado e publicado com o endosso do Conselho Ministerial.

Inicialmente o processo de implementação do novo currículo foi previsto para começar em 2011, no entanto, estendeu-se o prazo para até dois anos. Existia um entendimento de que a natureza e o momento de implementação dependiam dos estados e das escolas individualmente, desde que houvesse um processo substancial de implementação em todas as escolas até o final de 2013 (MCGAW, 2010).

III. Processo de Implementação do Novo Currículo

De fato, o processo de implementação do novo currículo só se iniciou em 2012. É interessante registrar

© 2023 Global Journals

que existiram diferentes calendários para sua implementação nos diversos estados e territórios, o que também aconteceu com relação às áreas e disciplinas e com as abordagens e os formatos pedagógicos. Essa variação no processo de implementação resultou da influência de fatores como a adesão e a iniciativa dos sistemas escolares e a disponibilidade de recursos. Rose (2015 ou 2019?, p. 147, tradução nossa) nos fornece alguns exemplos:

> [...] o Currículo Australiano em História foi introduzido em escolas secundárias no ACT em 2011, mas não em escolas primárias até 2012. As escolas Católicas da Tasmânia implementaram História em 2012, mas o setor Independente e Governo foi um ano depois em 2013. O currículo de História também foi implementado em 2013 nas escolas no Território do Norte, Victoria, Queensland e Austrália Ocidental, enquanto na Austrália do Sul, as escolas primárias e católicas do governo implementaram este currículo, mas apenas algumas Escolas Independentes o fizeram. Escolas secundárias do sul da Austrália introduziram isso em 2014 nos anos 8 e 9. New South Wales deve permitir implementação opcional em escolas primárias em 2015 com implementação completa em 2016, enquanto para o setor secundário, vão implementar o de História, nos anos 7-9, em 2014 e nos anos 8-10 em 2015.

Neste ínterim, com a vitória da coalizão que elegeu o Partido Liberal, em setembro de 2013, o debate em torno do novo currículo nacional se caracterizou por tensões políticas e ideológicas. Em janeiro de 2014, em pleno processo de implementação, a ministra da Educação indicada pela coalizão liberal eleita, encomendou uma revisão do currículo, chamada de *Revisão de Donnelly-Wiltshire*[7], nome dos dois revisores escolhidos para produzir o documento.

Por outro lado, o anúncio de uma revisão apressada sem sólidas justificativas enquanto as escolas e os professores ainda estavam no processo de apropriação do novo currículo e do ajustamento das quatro primeiras áreas ou disciplinas (Matemática, Inglês, Ciências e História) e ainda se preparavam para execução das outras, gerou frustrações e desconfianças. Tais sentimentos foram alimentados também pela afiliação à ideologia conservadora das revisões e dos especialistas nomeados para realizar as avaliações das áreas de aprendizagem que se confirmaram com a publicação do documento da revisão em outubro de 2014, após o habitual processo de consulta.

Em que pese a continuidade da política elaborada a partir de 2008 no governo trabalhista, a *Revisão de Donnelly-Wiltshire* (2014) é um documento bastante interessante porque assimila de forma explícita a nova conjuntura política e ideológica. O documento diverge da *Declaração de Melbourne* (2008) em pontos importantes referentes aos princípios, aos objetivos e aos conhecimentos selecionados. Só para exemplificar, a *Revisão de Donnelly-Wiltshire* inicia argumentando que o *Currículo Australiano* não prestou atenção suficiente ao impacto da civilização ocidental e da cultura judaico-cristã no desenvolvimento da Austrália, em suas instituições, ou seja, na sociedade australiana e em sua cultura geral. O texto da *Declaração de Melbourne*, por outro lado, evoca o respeito à diversidade social, cultural e religiosa, especialmente em relação à história e à cultura dos povos aborígines e dos povos das Ilhas do Estreito de Torres e da relação da Austrália com a Ásia. Os autores da revisão atribuem adjetivos como "simplista" e "politizado" ao currículo australiano. Outro ponto de divergência é a perspectiva curricular para o século 21 adotada pela *Declaração de Melbourne*: o tom adotado na *Revisão Donnelly-Wiltshire* em relação ao "currículo para o século 21" foi de ceticismo e crítica[8].

O documento é mais contundente com relação à comparação com modelos internacionais, ou melhor, a comparação com os países com contexto semelhante ao da Austrália — o caso da língua Inglesa, por exemplo —, que apresentam bom desempenho em testes internacionais. Nesse sentido, a Inglaterra foi tomada como um modelo de referência, dentre outras razões, pela similaridade entre a Austrália e o contexto inglês, conforme o texto:

> Como um elemento-chave desta revisão, foi realizada uma pesquisa abrangente sobre a experiência internacional, *especialmente em relação aos sistemas de alto desempenho e aqueles com um contexto semelhante ao da Austrália* (grifos nossos). Isso incluiu entrevistas com funcionários-chave da OCDE em Paris e entrevistas em Londres com uma série de especialistas e funcionários envolvidos com a recente revisão do currículo na Inglaterra (AUSTRÁLIA, 2014, p. 32, tradução nossa).

Para Savage (2016), por trás desse processo também estava a evidente preferência do governo liberal por um "modelo mais coordenado de federalismo", com definições mais claras das responsabilidades entre os governos federal e estaduais; o objetivo seria garantir tanto quanto possível a soberania dos estados e territórios. Além disso, entre as propostas de revisão apresentadas pelo novo governo, colocaram-se em discussão a estrutura e o papel da ACARA, retratada como ineficiente, obscura, esbanjadora de recursos e autoritária. Como recomendação, a revisão sugeriu a reconstrução da ACARA como uma empresa independente e distante do

[7] Kevin Donnelly era pesquisador sênior da Católica Australiana Universidade, em 2004, ele era o chefe de gabinete do Partido Liberal. Ken Wiltshire ocupou uma posição acadêmica na Universidade de Queensland Business School e mostrou apoio ao governo de coalizão que elegeu o Partido Liberal em 2013. (KUNH, 2019 p. 11, tradução nossa)

[8] Para saber mais, ver Kunh (2019).

© 2023 Global Journals

ministro da Educação e dos departamentos de educação.

Em 2015 o Conselho de Educação encaminhou as propostas, e a ACARA considerou as 30 recomendações. Conforme Reid (2018), ocorrem mudanças no texto de algumas áreas e disciplinas. Entre as mudanças, destacam-se o "aumento da presença de fonética e a 'desmotivação' do currículo, combinando história, geografia, educação cívica e de cidadania e economia e negócios em um assunto nos primeiros anos a ser chamado de humanidades e ciências sociais" (REID, 2018, p. 14, tradução nossa). Contudo, para o autor, a ACARA e o Conselho Educacional ignoraram a grande maioria das recomendações da revisão. Em suas palavras, "todo o processo – de revisão – é uma história paralela na jornada rumo ao primeiro currículo nacional da Austrália" (p.14, tradução nossa). Mesmo assim, tratou-se de exercício político e não educacional dado o momento inapropriado, ainda no processo de implementação,e a filiação ideológica dos revisores que já indicavam de antemão um resultado em desacordo com as orientações da ACARA.

Porquanto o processo de implementação e monitoramento do currículo nacional continuassem em andamento, a próxima revisão do currículo australiano estava prevista para 2020. De acordo com Reid (2018), todavia, o entusiasmo é menor, posto que, em muitos estados — ele cita Victoria e New South Wales em particular — a abordagem nacional vem sendo diluída e/ ou adaptada aos currículos locais.

A partir da provocação do autor, verificamos que o estado de New South Wales, em 2019 ainda estava em processo de implementação do currículo nas escolas. A área de aprendizagem de Inglês e Matemática para o Secundário Sênior, anos 11 e 12, oi implementada apenas em 2017; Ciências para os anos 7 ao 10, em 2018; na área de Sociedade humana e seu ambiente, o componente Geografia estava em processo de incorporação em 2019, já no caso da área de Artes criativas, o processo de incorporação ainda estava para acontecer. Ver Tabela1.

Tabela 1: Implementação do Currículo Nacional no Estado de NSW

Currículo Australiano Área(disciplina)/Ano	Ano da publicação do programa NSW, que incorpora o conteúdo do currículo australiano
Matemática (F – 10)	2012
Matemática Essencial (Secundário Sênior)	2017
Matemática Geral (Secundária Sênior)	2017
Métodos Matemáticos (Secundário Sênior)	2017
Especialista em Matemática (SecundárioSênior)	2017
Inglês (F – 10)	2012
Inglês (Secundário Sênior)	2017
Inglês como idioma ou dialeto adicional(ensino médio)	2017
Inglês Essencial (Secundário Sênior)	2017
Literatura (Secundário Sênior)	2017
Ciências Humanas e Sociais (F–6/7)História (7–10)	2012
Economia e negócios (7-10)Educação cívica e cidadania (7-10)	2015
Estudos do Trabalho (7–10)	2019
História Antiga (Secundária Sênior)	2017
Geografia (Secundário Sênior)	Atualmente em desenvolvimento
História Moderna (Secundária Sênior)	2017
Artes-Dança, Drama, Media Arts, Música eArtes Visuais (F – 6)	Atualmente em desenvolvimento
Artes - Dança (7-10)	O desenvolvimento ainda está para ocorrer
Artes - Drama (7-10)	O desenvolvimento ainda está para ocorrer
Artes - Música (7-10)	O desenvolvimento ainda está para ocorrer
Artes - Música (7-10)	O desenvolvimento ainda está para ocorrer

Fonte: (NSW, 2020.).

© 2023 Global Journals

Os dados sobre todas as Áreas ou disciplinas estão disponíveis em: https://educationstandards.nsw.edu.au[9]. A letra F (Fundação/foundation) deu lugar ao termo 'Jardim de Infância' em outubro de 2010. Nesta pesquisa o termo foi traduzido para Educação Infantil. Dados atualizados em dezembro de 2022, conforme informações do *site*.

Diante desse quadro, surgiram várias questões que, embora estejam além do escopo deste estudo, evocam novas pesquisas que se relacionam principalmente com a questão apresentada pelo professor Reid (2018) sobre a existência de um currículo nacional ou de diversos currículos com algumas características em comum. "Se a Austrália tem um currículonacional ou uma diversidade de currículos oficiais com algumas características comuns" (p. 15, tradução nossa), é, segundo o autor, uma questão que merece ser explorada com cuidado.

IV. A Organização Curricular

Como exposto, a ACARA é responsável pelo desenvolvimento do currículo nacional, mas a implementação do currículo australiano, incluindo as horas de ensino[10], está sob a autoridade de cada jurisdição estadual ou território. De modo geral, o governo federal australiano apoia a implementação do currículo australiano fornecendo projetos e programas direcionados e alinhados ao currículo nacional. A título de ilustração a Quadro 1 descreve a organização do sistema de ensino da Australia.

Quadro 1: A formação escolar na Austrália

Nível escolar	Duração	Anos
Educação primária, incluindoum ano anterior ao 1º ano	sete ou oitoanos	começando no Jardim da Infância/Preparatório até o Ano 6 ou 7
Educação secundária	Três ou quatro anos	Do Ano 7 ao 10*
Educação secundária sênior	Dois anos	Anos 11 e 12

Fonte: Elaboração própria, com informações de ACARA/Dados
**No Estado da Austrália do Sul a Educação secundária começa no Ano 8*

Dos anos iniciais – Educação Infantil – ao ano 10, o atual Currículo Nacional Australiano está organizado em três eixos:

1) *As áreas de conhecimento:* disciplinas – Inglês, Matemática, Ciências, Saúde e Educação Física, Artes, Humanidades e Ciências Sociais – que compreendem História e Geografia.

> O conhecimento disciplinar, as habilidades e compreensão são descritos nas oito áreas de aprendizado. Em cada área ou assunto de aprendizagem, as descrições de conteúdo especificam o que os jovens aprenderão, e os padrões de desempenho descrevem a profundidade doentendimento e a sofisticação do conhecimento e da habilidade esperados dos alunos no final de cada ano ou faixa de anos. As últimas quatro áreas de aprendizagem: Artes, Tecnologia, Saúde e Educação Física e Idiomas foram escritas para incluir várias disciplinas, refletindo costumes e práticas na disciplina (ACARA/Australian Curriculum, 2019, tradução nossa).

2) *Capacidades gerais:* Letramento, Alfabetização matemática, Capacidade em tecnologia da informação e da comunicação (TIC), Pensamento crítico e criativo, Capacidade social e pessoal, Comportamento ético e Entendimento intercultural.

> As competências gerais compreendem um conjunto integrado e interconectado de conhecimentos, habilidades, comportamentos e disposições que os alunos desenvolvem e usam em sua aprendizagem através do currículo. São tratadas por meio das áreas de conhecimento e são identificadas sempre que são desenvolvidas ou aplicadas em descrições de conteúdo. Também são identificadas onde oferecem oportunidades para acrescentar profundidade ou riqueza à aprendizagem do aluno em elaborações do conteúdo. (ACARA/Australian Curriculum, 2019, tradução nossa)

3) *Três Prioridades Transversais:* a) Histórias e culturas dos aborígenes e dos nativosdo estreito de Torres; b) Ásia e o engajamento da Austrália com a Ásia; c) Sustentabilidade. "As prioridades transversais estão representadas em todas as áreas de conhecimento/disciplinas. Terão uma presença variável, mas forte, dependendo de sua relevância nas áreas de conhecimento" (ACARA/Australian Curriculum, 2019, tradução nossa).

[9] *Link* completo para os dados: https://educationstandards.nsw.edu.au/wps/portal/nesa/k-10/understanding-the-curriculum/curriculum-syllabuses-NSW/nsw-and-the-australian-curriculum

[10] O documento *Curriculum Design Paper* (*Documento sobre o desenho do currículo*) de 2013, apresenta as Áreas de aprendizagem ou disciplinas para os relatores, um indicativo das (horas) que orientou a elaboração do currículonacional.

© 2023 Global Journals

O Quadro 2 ilustra essa organização:

Quadro 2: Estrutura e elementos do Currículo Australiano da Educação Infantil ao ano 10

Áreas de aprendizagem Disciplinas	Disciplinas Secundárias
Inglês	Inglês como idioma ou dialeto adicional, inglês essenciale literatura.
Matemática	Matemática Essencial, Matemática Geral, Métodos Matemáticos, Matemática Especializada.
Ciências	Biologia, Química, Ciências da Terra e do Ambiente e Física.
Ciências Humanas	Educação Infantil - 6/7 Ciências Humanas e Sociais, 7-10 Cívica e Cidadania, 7-10 Economia e Negócios, 7-10 Geografia e 7-10 História*.
Artes	Dança, Teatro, Artes Midiáticas, Música e Artes Visuais
Tecnologia	*Design* e Tecnologias e Tecnologias Digitais
Saúde e Educação Física	Saúde Pessoal, Social e Comunitária e Movimento e Atividade Física
Idiomas	Estrutura para as línguas aborígines e as línguas das ilhas do Estreito de Torres, Francês, Alemão, Italiano, Indonésio, Japonês, Coreano, Grego, Turco, entre outros.

Fonte: Elaboração própria, com informações de ACARA/Australian Curriculum (2019).
** Os números referem-se ao ano escolar da oferta.*

Conforme documentos da ACARA, nos anos 9 e 10 a aprendizagem em todo o currículoprepara os alunos para atividades cívicas e sociais e para participação econômica fora da escola.Os alunos têm a oportunidade de fazer escolhas sobre o aprendizado e especializar-se em áreas que lhes interessam. Ainda segundo a instituição, nesse ponto, os alunos reúnem seus conhecimentos e experiências para considerar possíveis caminhos para o estudo no secundário sênior (que se aproxima do Ensino Médio no Brasil) e na educação profissional. Nos anos 9 e 10 o currículo inclui um componente opcional denominado *Estudos do trabalho* que, segundo o documento oficial, visa garantir desenvolvimento do "conhecimento do mundo do trabalho e a importância das capacidades de aprendizagem ao longo da vida para gerenciar carreiras, mudanças e transições em um futuro incerto e em mudança" (AUSTRALIAN CURRICULUM, 2019, tradução nossa). Além disso, nos Anos 9 e 10 os alunos têm a oportunidade de especializar-se em assuntos de seu próprio interesse, a partir de um conjunto de disciplinasopcionais.

A título de ilustração, apresentaremos a seguir a organização do currículo no estado de New South Wales, o estado que possui o maior número de estudantes. Como segue:

- A maioria das escolas primárias de New South Wales segue um *continuum* baseado em estágios de aprendizado:

  Fase 1: Educação infantil/Jardim de Infância Etapa 1: Anos 1 e 2

  Etapa 2: Anos 3 e 4

  Etapa 3: Anos 5 e 6.

- Na maioria das escolas secundárias, os estágios de aprendizagem são:Etapa 4: Anos 7 e 8

  Etapa 5: Anos 9 e 10

  Etapa 6: Anos 11 (Preliminar) e 12 (Certificado de Ensino Superior, ou 'HSC'). No Quadro 2 estão apresentados os conteúdos ano a ano:

Quadro 3: Conteúdos por ano

Anos	Conteúdos
Educação Infantil ao ano 6	Inglês, Matemática, Ciência e Tecnologia, Sociedade humana e seu ambiente - HSIE (História e Geografia), Artes Criativas,PDHPE (Desenvolvimento Pessoal, Saúde e Educação Física)e programas de idiomas.
Ano 7 ao ano 12	Inglês, Matemática, Ciência, Tecnologia, Sociedade humana eseu ambiente - HSIE, Artes Criativas, PDHPE (Desenvolvimento Pessoal, Saúde e Educação Física), programas de idiomas e Educação e treinamento vocacional - VET[11].

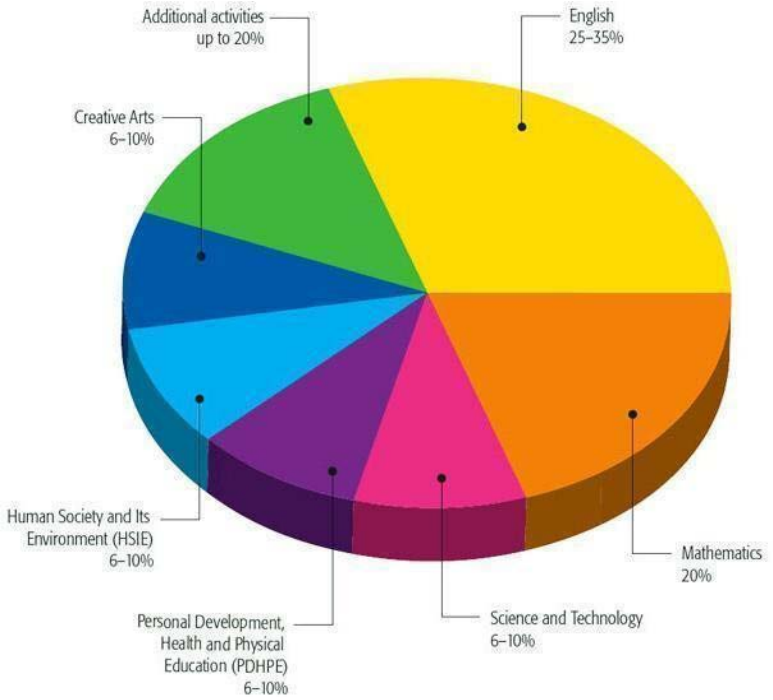
Fonte: NSW, 2020.

[11] Também pode ser traduzido como "Educação e formação profissional".

© 2023 Global Journals

A implementação de um programa de idiomas é opcional na escola primária – Educação Infantil ao ano 6.

A Autoridade Curricular de NSW fornece um guia para alocações do tempo que as escolas devem usar de acordo com suas próprias políticas, mas respeitando as orientações da NESA.



Fonte: NSW, 2020

Figura 1: Guia para alocações do tempo até o ano 6

Legenda:

6-10% é de aproximadamente 1,5 a 2,5 horas em uma semana típica de ensino.

Inglês: 25-35% do tempo

Matemática: 20% do tempo

Ciência e Tecnologias: 6-10% do tempo

Desenvolvimento Pessoal Saúde e Educação Física: -10% do tempo

Sociedade Humana e seu Meio Ambiente: 6-10% do tempo

Artes Criativas: 6-10% do tempo

Atividades Adicionais: 6-10% do tempo

O estado de NSW estabelece conteúdos obrigatórios do currículo, conforme listados abaixo:

- Estudo da matemática é obrigatório, do jardim de infância ao ano 10.
- Estudo de Inglês é obrigatório do jardim de infância ao ano 12.
- Artes criativas é disciplina obrigatória para alunos do jardim de infância ao ano 6.
- Na sociedade humana e seu ambiente (HSIE), os assuntos de história e geografia são obrigatórios, do jardim de infância ao ano 10, onde os alunos estudam conceitos e habilidades históricas e geográficas específicas.

© 2023 Global Journals

- A ciência e a tecnologia são obrigatórias para todos os alunos, do jardim de infância ao ano 6.

a) Ensino secundário sênior

O currículo do Anos 11-12, ensino secundário sênior, é organizado em 8 áreas de aprendizagem: Inglês, Matemática, Ciências, História e Geografia, distribuídas em 15 disciplinas denominadas de secundárias. Assim nos revela o Quadro 3:

Quadro 3: Áreas de aprendizagens e disciplinas

Área de aprendizagem/Disciplina	Disciplinas Secundárias
Inglês	1. Inglês 2. Inglês com Língua Adicional ou Dialeto 3. Inglês Essencial 4. Literatura
Ciências Humanas e Sociais	5. História Antiga 6. Geografia 7. História Moderna
Matemática	8. Matemática Essencial 9. Matemática Geral 10. Métodos Matemáticos 11. Matemática Especialista
Ciência	12. Química 13. Biologia 14. Terra e Ciências Ambientais Física

Fonte: ACARA/Australian Curriculum ou Australia (data)?

No Currículo do Ensino Secundário Sênior, anos 11 e 12, as 15 disciplinas secundárias são organizadas em 4 unidades, sendo que as 2 unidades finais são projetadas para terem um nível de dificuldade maior em termos de desenvolvimento do que as 2 primeiras: 1 unidade é um componente do conteúdo que pode ser ensinado em cerca de metade do ano escolar (50-60 horas), incluindo avaliações e exames. Os estados e os territórios determinam a organização das disciplinas e a forma como os conteúdos e os padrões de desempenho são integrados.

A Educação Profissional ou Educação e Treinamento Vocacional – VET – é incluída nos programas de Certificado de Ensino Secundário Sênior. Os estudantes podem optar pela educação profissional, como parte de um Certificado Secundário Sênior, e sua conclusão fornece crédito para outras certificações dentro da Estrutura de Qualificações Australiana (AQF). Segundo o documento *Visão Geral do Secundário Sênior* (*Senior secondary overview*), além de obter o certificado de Ensino Médio, o acesso ao VET durante este nível de ensino oferece aos alunos oportunidades de obter uma qualificação profissional reconhecida pelo setor produtivo ou um progresso substancial para conseguir uma. O treinamento vocacional durante o Ensino Médio possibilita, segundo os documentos examinados, uma diversidade de oportunidades pós-escolares.

A Estrutura Australiana de Qualificação (AQF) foi criada em 1995 e agrega todas as qualificações do setor de ensino superior (ensino superior e ensino e treinamento vocacional). Entre os objetivos da AQF destacam-se a unificação da formação profissional e da certificação profissional em todo o território nacional, facilitando não apenas as transferências, mas também a elevação do nível de formação (AUSTRALIAN QUALIFICATIONS FRAMEWORK, 2013).

O currículo prevê uma flexibilidade para que os alunos se movimentem entre as disciplinas. Todavia, a flexibilidade de escolha dos alunos é regulamentada pelas escolas, pelas autoridades e pelas agências curriculares de cada estado e território, incluindo aconselhamento sobre pontos de entrada e saída e crédito para o estudo concluído (AUSTRALIAN CURRICULUM, 2019, tradução nossa)[9].

Além disso, os estados e os territórios determinam as especificações da avaliação que concede uma certificação aos estudantes que concluem o Ensino Médio com êxito, o Certificado de Ensino Secundário Sênior. Cada Autoridade Curricular estabelece um conjunto de disciplinas necessárias para certificação, devendo incluir ou adaptar as disciplinas estabelecidas no Currículo Nacional.

O Estado de Queensland é o que oferece a maior flexibilidade curricular nos anos 11 e 12. Os alunos podem escolher entre disciplinas acadêmicas, disciplinas e cursos de formação profissional, incluindo

[12] Disponível em: https://www.australiancurriculum.edu.au/media 36 27/ss_info-sheet_overview.pdf

© 2023 Global Journals

estágios e aprendizados, estudos reconhecidos e disciplinas universitárias realizadas na escola.

Em síntese, na Austrália as escolas públicas são reguladas pelos estados que determinam o salário e as condições dos professores, monitoram o desempenho das escolas e, nos casos de NSW e Victoria, desenvolvem seu próprio currículo – em tese, alinhado ao currículo nacional. No que tange às escolas privadas, os ministros estaduais têm poder limitado, posto que estas tomam suas próprias decisões sobre quem contratar e como ensinar.

É importante destacar que, conforme previsão, o currículo nacional foi revisado: segundo informação no *site* da *Australian Curriculum*, o processo de revisão começou em junho de 2020 e foi concluído no final de 2022. A nova versão do currículo pode ser consultadano referido *site*, sendo um importante objeto para novas pesquisas.

V. Conclusão

Como apontado na introdução deste artigo, os dados aqui apresentados fazem parte de uma pesquisa que teve como objetivo investigar a reforma curricular australiana, aprovada em 2012 durante o governo do Partido Trabalhista. Também foram objetos de análise a organização e a estrutura do sistema de ensino australiano. A título de informação destacamos o artigo publicado em 2022, no qual incluímos a forma como se apresentam as desigualdades nos sistemas de ensino da Austrália (SANTOS; ZAN, 2022). No que tange ao objetivo deste texto buscamos, mais especificamente, apresentar a organização curricular e explicitar o processo de construção do currículo nacional da Austrália, identificando as dinâmicas e os fundamentos da atual reforma curricular desenvolvida no país.

Com base nos documentos legais e nas pesquisas aqui examinados, pode-se concluir que a reforma curricular australiana decorre de um longo processo de disputas e divergências políticas e ideológicas em torno do currículo, embasada nos projetos sociais e educacionais ligados aos governos do Partido Liberal e do Partido Trabalhista. Uma disputa em torno do quedeveria ser ensinado para as crianças e os jovens na Austrália. Parece-nos, pois, legítimo afirmar que os interesses econômicos foram centrais para as tomadas de decisão. Observa-se um arrefecimento da concepção de igualdade, em detrimento da ideia de equidade capturada pela lógica neoliberal. Nesse sentido, podemos afirmar que a reforma curricular na Austrália foi fortemente marcada pelo ideário neoliberal.

Sem desconsiderar os avanços e os benefícios relativos à implementação do currículo nacional, as pesquisas analisadas apontam para importantes críticas ao processo de elaboração do currículo australiano que retomamos aqui: a desconexão entre os objetivos e as metas declarados; a repetição do "currículo do passado"; a falta de quadro conceitual coerente; a falta de compreensão das questões de equidade e currículo (REID, 2009). O possível ofuscamento do debate sobre as bases conceituais que deveriam sustentar o currículo, e as consequências da ausência dessas discussões para efetivação do currículo nas escolas pelo processo político (SCARINI, 2018). Em especial, a descrença na capacidade de superação das desigualdades apenas por meio do currículo (DRABSCH, 2013).

Uma questão que nos parece bastante significativa foi levantada por Reid (2018) e por Savage (2016): na Austrália é possível afirmar que existe um currículo nacional na prática? É importante considerar a complexidade do terreno político, que envolve, entre outras coisas, interesses e finalidades ideológicas, lembrando que o processo de desenvolvimento do currículo foi de responsabilidade da ACARA, mas que o processo de implementação tem sido de responsabilidade dos estados e territórios. Além disso, o desenho político de afinidade entre o governo federal e os estados e territórios, que possibilitou o desenvolvimento do currículo nacional, mudou durante o processo de implementação. Vimos que o cronograma de implementação do currículo nacional variou de estado para estado: em NSW as áreas de Inglês e Matemática para educação primária – anos iniciais ao ano 10 – foi incorporada em 2012, mas, na educação secundária sênior – anos 11 e 12 – só foi incorporada em 2017, e a área de Artes ainda não foi incorporada ao currículo do estado até o momento.

Concluímos com questões levantadas por Reid (2018) sobre as evidências relativas às justificativas para o desenvolvimento de um currículo nacional, tais como: por que um currículo nacional afetaria a taxa de retenção? Existem indícios de que um currículo nacional possa ser mais eficiente do que um currículo local? O que há na Austrália que torna um currículo nacional tão importante no contexto da globalização? (REID, 2018, p.15). E a questão mais importante e duradoura, segundo o autor: em que medida a estrutura e o conteúdo do currículo nacional contribui para o desenvolvimento de jovens capazes de desempenhar um papel produtivo e ativo nos esforços pessoais e colaborativos necessários para enfrentar os desafios dos tempos contemporâneos em nível local, nacional, regional e global? (REID, 2018). Para o autor este é um debate que ainda precisa ser feito e incorporado ao contexto educacional da Austrália.

Por fim, cabe-nos destacar a necessidade de olhar para os modelos indicados como exemplos de sucesso, como no caso da reforma curricular australiana, desvelando seus limites e contradições, de modo a não cair na armadilha das discussões que desconsideram o contexto sociopolítico das diferentes realidades nacionais.

© 2023 Global Journals

Referências Bibliográficas

1. ACARA. Agência Australiana de Currículo, Avaliação e Disseminação. *O formato do Currículo Australiano, versão 4.0,* 2012a. Disponível em http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/150121_TheShape_vf-1.pdf. Acesso em: 02 out. 2018
2. ACARA. Agência Australiana de Currículo, Avaliação e Disseminação. Processo de desenvolvimento do Currículo Versão 6, 2012b. Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/150121_ProcessoDesCurr_vf-1.pdf. Acesso em: 02 out. 2018.
3. ACARA. Assessment and Reporting Authority. *Australian Curriculum,* 2014. Learning Area Consultation Data. Disponível em: https://docs.acara.edu.au/resources/Australian_Curriculum_Learning_Area_Consultation_Data_2008-2013.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.
4. APPLE, Michael. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?, in MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA, Thomaz Tadeu (orgs.) *Currículo, Cultura e Sociedade.* São Paulo: Cortez, 2002.
5. AUSTRALIA. Australian Bureau of Statistics (ABS). *Government Finance Statistics, Education, Australia, 2017-18.* Disponível em: https://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/0/4DA8D1A017737074CA257B4E0013BDE0?O pendocument. Acesso em: 16 set 2019.
6. AUSTRALIA, Australian Curriculum, *Assessment and Reporting Authority Act 2008.* No. 136, 2008. Disponível em: https://www.legislation.gov.au/Details/C2008A00136. Acesso em:02 ago. 2018.
7. AUSTRALIA. Australian Curriculum. *Senior secondary overview.* Disponível em: https://www.australiancurriculum.edu.au/media/3627/ss_info-sheet_overview.pdf. Acesso em: 20 out 2019.
8. AUSTRALIA, Australian Qualifications Framework. *2013* Disponível em: https://www.aqf.edu.au/what-is-the-aqf. Acesso em: 03 nov. 2019.
9. AUSTRALIA. Donnelly-Wiltshire Report, 2014. *Review of the Australian Curriculum:* Final Report. Disponível em: https://docs.education.gov.au/system/files/doc/other/review_of_the_national_curriculum_final_report.pdf. Acesso em: 08 ago. 2019.
10. AUSTRALIA. Ministerial Council on Education, Employment, Training and Youth Affairs 2008. *Melbourne Declaration on Educational Goals for Young Australians.* Disponível em: http://www.curriculum.edu.au/verve/_resources/National_Declaration_on_the_Educational_Goals_for_Young_Australians.pdf. Acesso em: 11 mar. 2019.
11. DRABSCH, Talina. The Australian Curriculum. *Briefing Paper* nº 1/2013. NSW Parliamentary Research Service. 2013. Disponível em: https://www.parliament.nsw.gov.au/researchpapers/Documents/the-australian-curriculum/The%20Australian%20Curriculum.pdf. Acesso em: 08 ago. 2019.
12. HALASZ, G.; MICHEL, A. Key competences in Europe: Interpretation, 235 policy formulation and implementation. *Wiley Online Library,* 12 ago. 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1465-3435.2011.01491.x>. Acesso em: 11mai. 2019.
13. KUNHI, Zahira P A Abdulla. *An analysis of 'c21 curriculum policy' within Australian contexts.* Thesis submitted in fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Education The University of Western Australia, 2019.
14. LÓPEZ, N. *Equidad educativa y desigualdad social:* desafíos a la educación en el nuevo escenario latinoamericano. Buenos Aires: IIPE – UNESCO, 2005.
15. MACINTYRE, Stuart. *The Challenge of History in the National Curriculum.* Keynote Address presented at the Australian Curriculum Studies Association Conference, 2 out. 2009. Canberra, ACT. Disponível em: <https://www.acsa.edu.au/pages/images/Stuart%20Macintyre%20Keynote%20address.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.
16. MCGAW, Barry. *Statement from ACARA Chair Professor Barry McGaw.* Agência Australiana de Currículo, Avaliação e Disseminação (ACARA), 23 set. 2010. Disponível em: https://docs.acara.edu.au/resources/Statement_from_ACARA_Chair_Professor_Barry_McGaw.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.
17. NSW. New South Wales. *Education Standards Authority (NESA).* [S/D] Disponível em: https://educationstandards.nsw.edu.au/wps/portal/nesa/home. Acesso em: 19 out. 2019.
18. REID, Alan. Changing Australian Education: How policy is taking us backwards and what canbe done about it. London: Allen&Unwin, 2019. E-book.
19. REID, Alan. Is this a revolution? A critical analysis of the Rudd government's national education agenda. Artigo baseado no texto da palestra apresentada pelo autor na Conferência Bienal da ACSA em 2 out. 2009. Disponível em: https://acsa.edu.au/pages/images/ACSA%20Boomer%20address.pdf. Acesso em: 19 jul. 2019.
20. REID, Alan. The journey towards the first Australian curriculum *In*: REID, Alan; PRICE, Deborah. *The Australian curriculum:* promises, problems and possibilities. Canberra: Australian curriculum Studies Association (ACSA), 2018.
21. ROSE, John Robert. *The Australian national curriculum:* perspectives of teachers and school administrators on issues and concerns surrounding implementation. Thesis submitted in fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. University of Adelaide: 2015.
22. SANTOS, Danielle de Sousa; ZAN, Dirce Djanira Pacheco e. O sistema de ensino australiano: um

© 2023 Global Journals

olhar sobre as desigualdades educacionais. *Educação em Revista,* v. 38, 2022.

23. SAVAGE, Glenn C. Who's steering the ship? National curriculum reform and the re-shaping of Australian federalism. *Journal of Education Policy,* Chicago, v. 31, n. 6, pp. 833-850, 2016. DOI: 10.1080/02680939.2016.1202452. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02680939.2016.1202452. Acesso em: 11 abr. 2019.
24. SAVAGE, Glenn & SELLAR, Sam & GORUR, Radhika. (2013). *Equity and marketisation: emerging policies and practices in Australian education.* Disponível em https://www.researchgate.net/publication/263407322_Equity_and_marketisation_emerging_policies_and_practices_in_Australian_education. Acesso em: 06 de jan. 2019
25. SCARINI, Angela. The Australian Curriculum and its conceptual base: a critical analysis. *In*: REID, Alan; PRICE, Deborah. *The Australian curriculum:* promises, problems and possibilities. Canberra: Australian curriculum Studies Association (ACSA), 2018.

© 2023 Global Journals